

**ACTA Nº 22**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA**  
**REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001**

De acordo com a lei 169/99 de 18 de Setembro, artigo 92, parágrafo 1 ( "De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto da acta ter sido lida e aprovada."), aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e um, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

**UM - Antes da Ordem do Dia**

**UM PONTO UM - Aprovação das actas números vinte e vinte e um**

**UM PONTO DOIS- Leitura de expediente**

**UM PONTO TRÊS - Outros assuntos gerais de interesse para o Município**

**DOIS- Ordem do dia**

**DOIS PONTO UM - Alteração ao Regimento**

**DOIS PONTO DOIS- Pedido de autorização para execução de obras por Administração Directa**

**DOIS PONTO TRÊS - Empréstimo a médio e longo prazo**

**DOIS PONTO QUATRO- Pedido de declaração de utilidade pública de parcela de terreno da Zona Industrial do Alto dos Babelos**

**DOIS PONTO CINCO- Actividades da Câmara**

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura da sessão e o secretário realizou a chamada, verificando-se a presença dos deputados Joaquim Miguel Bilro Manguinhas, Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Joaquim Manuel Cardoso, Maria João Barroso Lopes, Carlos Manuel de Almeida Cabral, António Joaquim Moura Lopes, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Joaquim Manuel da Silva Avó, Ivone da Conceição B. Espiguinha, Norberto João Figueiras Alpalhão, António José Moura Proença, Paulo Nuno Mendanha Coxixo, Vicente Manuel Ameixa Ermitão, António José Barroso Paixão. Registaram-se as ausências dos deputados, António Luís Canhoto Andrade, Maria Laura Crespo Alpalhão, Joaquim António Lopes Rézio, Celestino António Zorro e Artur João Rebola Pombeiro. O **Presidente da Assembleia** fez referência ao facto de haver duas substituições, uma da deputada senhora dona Maria Laura Alpalhão, substituída nos termos do artigo setenta e nove do decreto lei cento sessenta e nove barra noventa e nove, pelo senhor José Tobias Gancho, e o deputado senhor Joaquim Rézio, substituído pelo artigo supra citado, pelo senhor Luís José Alves Alexandre, os quais após terem prestado juramento, tomaram posse na bancada.

Antes de dar início à sessão, o senhor Presidente da Assembleia, explicou que os anexos às actas só foram entregues agora, pois as fotocopiadoras têm estado avariadas, motivo ao qual são completamente alheios.

**PONTO UM- ANTES DA ORDEM DO DIA**

**PONTO UM PONTO UM- Aprovação da acta número vinte**

O deputado senhor Joaquim Cardoso, interveio pedindo que as actas lhe sejam enviadas por E-Mail, ou por disquete, dado que desta forma a leitura lhe é mais facilitada.

Como não houve mais nenhuma intervenção, a acta número vinte foi colocada à votação, tendo sido aprovada com quinze votos a favor e uma abstenção.

**Aprovação da acta número vinte e um**

Tomou a palavra o senhor **Luís Alexandre**, que em representação do deputado senhor Joaquim Rézio, e uma vez que este não se encontrava presente, referiu-se ao que fora transcrito na página catorze da acta

vinte e um, dizendo que da forma como a intervenção do deputado senhor Rézio foi transcrita, pode ser mais tarde interpretada de outra forma se porventura ele se candidatar a algum cargo. Frisou o facto da intervenção se reportar aos fundos comunitários e aos empréstimos para financiamento das despesas, pedindo que fosse acrescentado o seguinte: "em alusão ao momento em que Portugal deixar de receber as participações da Comunidade Económica Europeia, já que as receitas correntes, serão totalmente absorvidas pelas despesas correntes", acrescentando que se devem fazer as transcrições na íntegra.

O senhor **Presidente da Assembleia**, tomou a palavra, dizendo que, e dada a ausência do senhor Rézio, se deveria proceder à aprovação da acta numa outra sessão.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, frisou o facto de várias vezes ter chamado a atenção da mesa para situações destas, ou se faz a transcrição da sessão na íntegra, ou não querendo colher ilações, pode-se deixar transparecer alguma intenção de colher alguns dividendos. Terminou a sua intervenção, dizendo que não se iriam opor em aprovar a acta numa outra sessão.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, acrescentou ainda, que não há ninguém que seja capaz de transcrever um texto oral e manter o conteúdo daquilo que foi dito, havendo aspectos do texto oral que não podem passar facilmente a escrito. Sendo a metodologia utilizada a de fazer uma espécie de sub-contexto, pensa que o útil para evitar esse tipo de situações, seria que as actas se circunscrevessem tanto quanto possível às disposições legais.

O senhor **Presidente da Assembleia**, fez referência ao facto das actas terem sido sempre feitas por funcionários da Câmara, tendo sido a última acta e a funcionária que a elaborou elogiadas. Admitiu que neste caso a funcionária poderia não estar tão bem disposta, e se tivesse esquecido de transcrever alguma coisa.

O deputado senhor Joaquim Manguinhas, fez referência ao facto de se ter que distinguir, culpa de responsabilidade, achando que o senhor Presidente da Assembleia não é culpado, mas sim responsável, não podendo evocar desculpas de que a secretária é que não entendeu. Acrescentou que é importante, que se tenha a noção que as pessoas podem ser responsáveis sem culpa, a todos os níveis.

Foi dada a palavra ao deputado **senhor Proença**, que tendo desempenhado a função de primeiro secretário, sentiu-se responsável, não querendo imputar a responsabilidade somente ao senhor Presidente da Assembleia. Dado que uma acta deverá ser elaborada o mais resumidamente possível, e não tendo a Assembleia ninguém licenciado em Português para o fazer, admitiu que pudesse haver porventura alguns erros. Acrescentou que o que não há de certeza, é nenhuma intenção de denegrir seja o que for, pelo que nunca pode pôr em causa a idoneidade das pessoas que elaboraram a acta, em causa.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, referiu que o problema não é a pessoa ser ou não licenciada em Português, uma vez que não se está a falar da redacção da acta mas sim de uma coisa muito mais complicada, que é a omissão ou adulteração do que é dito. Relembrou que apenas dissera que é extremamente difícil passar a discurso escrito, um discurso oral. Salientou o facto de quando uma pessoa quer que um texto conste da acta, deve escrevê-lo e deixá-lo de forma legível, de modo a que a pessoa que o transcreva o possa entender.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Luís Alexandre** que mais uma vez reforçou a ideia de que, ou se fazem as transcrições na íntegra, ou se suprimem as transcrições.

Como ninguém se opôs, o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou a aprovação da acta número vinte e um, para uma sessão posterior.

### **UM PONTO DOIS- Leitura de expediente**

A senhora secretária **Ivone Espiguiha**, procedeu à leitura da correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, conforme relação anexa no final desta acta.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, questionou o senhor Presidente da Assembleia, acerca dos pedidos de esclarecimento sobre sondagem, querendo saber se isso foi deliberação da Assembleia Municipal ou do senhor Presidente

O senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido consulta sua, estando a documentação à disposição de quem quiser consultar.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso** retomou a palavra, pedindo cópia dos documentos, acrescentando que não tem a certeza de que a função do senhor Presidente da Assembleia, tal como está consignada na

lei, permitida unilateralmente, utilizar essa figura jurídica, sugerindo-lhe prudência e sabedoria no uso dessa figura, pois só os órgãos representativos é que estão definidos na lei com essa representatividade. O senhor **Presidente da Assembleia**, interveio dizendo que enquanto eleito como membro da Assembleia pelo Partido Socialista, e após ter sido abordado na rua por um senhor que se identificou como estando a fazer uma sondagem neste Concelho, entendeu fazer a título pessoal uma consulta, perguntando qual era a empresa, pensando ter todo o direito de saber, a partir do momento em que o seu nome foi invocado. O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, interveio dizendo que o Doutor Ângelo de Sá, enquanto cidadão, tem todo o direito de perguntar, porém enquanto Presidente da Assembleia, não pode utilizar uma representação institucional para uma interpretação de carácter pessoal, recomendando-lhe prudência, sabedoria e parcimónia.

### **UM PONTO TRÊS- Outros assuntos gerais de interesse para o Município**

Tomou a palavra o deputado **Joaquim Manguinhas**, que na sequência do que vem acontecendo no campo da Saúde, disse ter visto noutra dia, no parque de estacionamento do Hospital Espírito Santo de Évora, uma ambulância de "Urgência Pré-Hospitalar", como não conseguiu observar o interior da referida ambulância, dado que esta se encontrava fechada e o bombeiro estava ausente, foi informado que este tipo de ambulância fica muito aquém do que é necessário, dado que para este tipo de ambulâncias é estritamente necessário que haja equipamento sofisticado e pessoal altamente qualificado e habilitado, referiu que por muito respeito e consideração que se tenha pelos Bombeiros, essa qualificação terá que ser feita por médicos e enfermeiros especializados nisso, terão que ser devidamente preparados à semelhança do que se faz em Beja. Terminou a sua intervenção, dizendo que de facto já se fez alguma coisa no campo da saúde, porém isso só não chega.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Norberto Alpalhão**, que tendo conhecimento da existência de um protocolo entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério da Ciência e Tecnologia, para equipar as escolas do primeiro ciclo com computadores e impressoras ligadas à Internet, pretendia saber que tipo de providências o Executivo Camarário já tomou nesse sentido.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, começou por dizer que pensa que esse programa não se encontra adstrito às Câmaras, explicando que é um programa designado de POSI, cuja resolução é do Conselho de Ministros, onde se prevê não só a ligação das escolas à Internet, mas também a existência em biblioteca de acessos públicos à Internet, aproveitando para lembrar que quando esse sistema for instalado se tenha em conta o acesso das pessoas portadoras de deficiência.

O senhor **Norberto Alpalhão**, disse ter lido em jornal que a Câmara Municipal de Vila Viçosa já entrou com vinte e cinco por cento do custo dessas despesas e o Ministério da Ciência e Tecnologia com os restantes setenta e cinco por cento, tendo verificado num mapa que analisou, que Borba ao contrário de Vila Viçosa, estava a cinzento no mapa.

### **DOIS PONTO UM - Alteração ao Regimento**

O senhor **Presidente da Assembleia**, começou por explicar que este ponto, vinha na sequência do que já se havia falado várias vezes, e que era a alteração do ponto um do artigo décimo segundo do Regimento, passando a ter a seguinte transcrição: "A Assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além de quatro horas de trabalho útil, salvo deliberação expressa do plenário".

Como ninguém se opôs, a alteração ao Regimento foi aprovada por unanimidade.

### **DOIS PONTO DOIS - Pedido de autorização para a execução de obras por administração directa**

O senhor **Presidente da Assembleia** iniciou a sua intervenção, explicando que o envio de documentos aos membros da Assembleia, foi feito de acordo com o fluxo de documentos que a Câmara lhe enviou, tendo-lhe sido entregue primeiramente a acta número um de dois mil e um, referente à reunião ordinária da Câmara Municipal de Borba realizada no dia dez de Janeiro de dois mil e um, e que refere duas candidaturas: a remodelação de abastecimento de águas na Nora e Ribeira, e a ampliação do Mercado Municipal, tendo sido entregue de seguida, a acta número quatro, relativa à reunião ordinária da Câmara

Municipal de Borba realizada em vinte e um de Fevereiro de dois mil e um, cujas candidaturas são a remodelação e redimensionamento da rede de águas residuais da Rua de São Francisco, o arranjo urbanístico dos largos adjacentes e a remodelação de abastecimento de águas da Nora.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, dado que os documentos necessitam de uma informação, passou a explicar, e para que os documentos não induzam em erro quem os avaliar, que no primeiro documento referente à reunião ordinária da Câmara Municipal de Borba de dez de Janeiro, onde aparecem duas candidaturas, terá que se considerar somente a ampliação do Mercado Municipal, sendo esta, a candidatura para a qual a Câmara pede autorização para fazer por administração directa. Prosseguiu a sua explicação, dizendo que no segundo documento aparecem novamente duas candidaturas, uma referente à remodelação da rede de abastecimento de águas da Nora e Ribeira no valor de setenta mil contos, sendo a primeira deliberação que aparece em Janeiro, corrigida na reunião de vinte e um de Fevereiro, com orçamento diferente e mais actualizado. Terminou a sua intervenção, dizendo que, dado que estas obras são objecto de candidatura e tendo sido os orçamentos da primeira candidatura reformulados, já se encontram de acordo com o que irá ser o orçamento definitivo da obra.

O deputado senhor **Diogo Sapatinha**, pediu um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, referente ao facto de na sua intervenção ter dito, remodelação da rede de abastecimentos da Nora e Ribeira, estando no documento apenas escrito Nora, perguntou se se deveria acrescentar a palavra Ribeira.

O senhor **Presidente da Câmara**, respondendo que sim, acrescentou à sua intervenção o facto de não reunirem condições para fazer por administração directa a parte de electricidade, dado não terem valência de intervenção nesse tipo de obras, daí que seja sempre considerada empreitada.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Luís Alexandre**, que pretendeu saber se o valor de trinta e seis mil contos para ampliação do Mercado Municipal estava correcto, dado que o valor transmitido pela Comunicação Social não foi esse. Dando seguimento à sua intervenção, quis saber quais os montantes que cabem à administração directa, e quais os que cabem ao recurso à empreitada.

O senhor **Vereador Serra** iniciou a sua intervenção, explicando que a obra do mercado a ampliar, é uma obra que se designa de administração directa com recurso à empreitada, tendo como empreitada toda a parte de construção civil, incluindo a parte da electrificação, e por administração directa, tudo o que se trata de serralharia civil, alguns revestimentos e também a parte de pintura e calçada. Explicou também que já foi aberto concurso, relativo à administração directa e que se encontra na fase de adjudicação, como esse concurso é limitado, estava balizado por um valor de vinte e cinco mil contos, e o remanescente na ordem dos onze mil contos, que é o valor que a Câmara vai fazer por administração directa. Terminou a sua intervenção, dizendo que os trinta e seis mil contos, correspondem ao orçamento real da execução.

Como não houve mais intervenções, o ponto dois ponto dois da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado com oito votos a favor e oito abstenções.

### **DOIS PONTO TRÊS - Empréstimo a médio e longo prazo**

O senhor **Presidente da Assembleia**, explicou que à semelhança do que acontecera no outro ponto, também recebeu duas correspondências, a acta número três referente aos empréstimos bancários, e a acta número quatro que supõe serem deliberações.

O senhor **Presidente da Câmara**, tomou a palavra explicando que seguiram duas informações, dado que, a primeira seguiu no dia em que deliberaram avançar com as consultas às entidades bancárias e a outra no dia em que deliberaram adjudicar os referidos empréstimos para submeter à apreciação da Assembleia Municipal, acrescentando que se trata de dois projectos candidatados e aprovados do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, que são os loteamentos da Nave e de Nossa Senhora da Vitória, recorrendo-se a um financiamento, com condições especiais até oito anos, informando que a entidade que melhores condições apresentou, foi a Caixa Geral de Depósitos, designando este processo de crédito barato para a realização de obras participadas.

O deputado senhor **Carlos Cabral** deu início à discussão do ponto, pedindo ao senhor Presidente da Câmara que o esclarecesse da situação da capacidade de endividamento da Câmara, e se esses dois empréstimos se somariam ou não, à situação apresentada aos eleitos em Janeiro.

O senhor **Presidente da Câmara**, explicou que este tipo de empréstimos, dada a natureza de serem

créditos especiais, não entram na contabilização, ou seja, não são tidos em conta para a capacidade de endividamento da Câmara.

O senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao deputado senhor Diogo Sapatinha, que referindo-se ao documento que lhes foi distribuído sobre a situação financeira da Câmara Municipal, disse haver um limite de endividamento de cento e trinta e oito mil, cento e setenta e oito contos, correspondendo a três duodécimos do FEF, o que significaria que os encargos com amortizações mais juros, seriam de setenta e quatro mil contos, concluindo a Câmara que tem cinquenta e três vírgula trinta e três por cento de endividamento, mas em sua opinião, parece-lhe que a Câmara não está a contar que estes encargos são processados e não pagos, mas que alguma vez terão obviamente que ser pagos em dinheiro ou transformados em dívida, o que segundo as suas contas dariam um RACIO não de cinquenta e três por cento, mas de setenta e um por cento do limite de endividamento, situação que se complica se a estes encargos processados mas não pagos, acrescerem os encargos que ainda nem sequer estão processados, o que o leva a concluir que a capacidade de endividamento da Câmara está preenchida.

O senhor **Luís Alexandre**, reportando-se ao que fora falado na última Assembleia sobre despesas de capital, disse que era uma situação que se poderia tornar preocupante para a Câmara, devido às oscilações que as taxas poderiam sofrer nos mercados de capitais, questionou o senhor Presidente da Câmara, relativamente às despesas de capital que a Câmara iria ter.

O senhor Presidente da Câmara, referiu-se ao facto de só estarem a pensar em termos de pagamentos e não pensarem em termos de receitas, acrescentando que a Câmara tem verba suficiente para satisfazer estes encargos processados e não pagos, porque nem sequer se pode processar, sem conhecimento da sua origem, sendo tudo isto mais aprofundado e detalhadamente explicado, aquando da apresentação e análise das contas de gerência, nomeadamente pelo doutor Oliveira. O motivo pelo qual estes dois tipos de empréstimo não contam para a capacidade de endividamento da Câmara, deve-se ao facto de, e sendo uma proposta do Partido Socialista que afirmou considerar muito boa, permitir que ao longo de muitos anos se aproveitem melhor os fundos comunitários, dando origem a que todas as Câmaras obtenham maiores recursos financeiros em termos da comunidade e, possibilitando que com dez por cento da receita municipal se possam satisfazer pagamentos da totalidade dos projectos, enquanto que se essa possibilidade não existisse, teria que se recorrer a trinta por cento de intervenção da receita municipal.

O deputado senhor **Carlos Cabral** tomou a palavra, para dizer que só trabalham com a informação que lhes dão, se apenas lhe dão o quadro de capacidade de endividamento da Câmara e não lhe dão a informação de que ao abrigo de uma Decisão do Governo, esses empréstimos a longo prazo não contam para o Racio de endividamento, só com esses elementos é que poderão trabalhar.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, mostrou-se perplexo face ao facto de se somar despesas de capital corrente e transformá-las em empréstimos, quando em princípio, as despesas de capital corrente têm cobertura em receitas correntes, parecendo-lhe um argumento sem sustentabilidade, dado que se invoca o desconhecimento da lei, com base na disfunção de conhecimentos.

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao deputado senhor Moura Lopes, que disse que a questão essencial, não era a que estava a ser discutida designadamente por parte do Partido Socialista, mas que se baseava no facto da Câmara ter apresentado em devido tempo, as candidaturas para fazer as infra-estruturas, e o Governo ao contrário de outras situações, reprovou essas propostas, o que naturalmente obriga a um reforço financeiro superior por parte da Câmara Municipal de Borba no sentido de se contraírem empréstimos para que se possa levar por diante, neste caso, as infra-estruturas do loteamento da Nave e Nossa Senhora da Vitória, entendendo a Câmara Municipal de Borba, que as pessoas que compraram casa ou que a têm em vias de conclusão, reunam as melhores condições.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, disse que a questão se baseava pura e simplesmente no facto de constar na Ordem de Trabalhos um pedido à Assembleia Municipal, para a Câmara tratar de um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, e segundo o relatório que foi distribuído em Janeiro aos eleitos, o que pretendem saber, é se esses empréstimos contam ou não para o endividamento. As questões essenciais não são o que as pessoas querem, mas sim o que estão a discutir segundo uma Ordem de Trabalhos, respeitando as intervenções dos outros.

Foi dada a palavra à deputada **Maria João Lopes**, que disse estarem preocupados com o endividamento, até porque essas infra-estruturas já deviam estar lançadas quando foi do loteamento inicial da Nossa Senhora da Vitória e do Loteamento da Nave, embora seja importante olhar para as necessidades das populações, é igualmente importante, saber como está a situação da Câmara, dizendo que é de sua

intenção a aprovação desses empréstimos a médio e longo prazo, mas sempre com algum receio que as coisas se agravem.

O **Vereador Serra**, para que não restassem dúvidas, começou por ler os pontos um, dois e três da lei quarenta e dois barra noventa e oito, de seis de Agosto, Lei das Finanças Locais, artigo vinte e quatro, chamando especial atenção para o terceiro ponto, dado que determina o limite e a capacidade de endividamento. Seguidamente falou das garantias, e disse que por proposta do Partido Socialista, foi ainda acrescentado o artigo trinta e dois "Regime transitório de endividamento". Terminou a sua intervenção, dizendo que estava formulada a base para o pedido de autorização.

Tomou a palavra o deputado senhor Paixão, dizendo que o Partido Socialista não só tem a preocupação de resolver o problema do Município de Borba, como também em resolver os problemas de todos os Municípios do País.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Moura Lopes**, que referindo-se ao que fora dito pelo deputado senhor Carlos Cabral, disse não se ter afastado nem um pouco da Ordem de Trabalhos, pois somente questionou o Partido Socialista acerca da sua posição em relação às infra-estruturas do loteamento do Barro Branco e do loteamento da Nora. Relembrou que estas urbanizações foram candidatas e foram reprovadas, daí a necessidade da Câmara Municipal de Borba recorrer aos empréstimos.

O deputado senhor **Diogo Sapatinha**, reportando-se à intervenção do senhor Moura Lopes, em que para este, os elementos do Partido Socialista parecem não ser "filhos da terra" e não amarem a sua terra, afirmou que bem pelo contrário, todos na bancada do Partido Socialista, querem que sejam feitas as infra-estruturas dos loteamentos da Nave e da Nossa Senhora da Vitória, e o que poderá porventura estar em causa, é a maneira de se fazerem e de se gerirem as coisas.

O deputado **senhor Paixão** tomou a palavra, dizendo que o que está em causa é a capacidade que a Câmara tem para contrair este empréstimo, e não a questão das obras da Nora e da Ribeira, pois essas seguramente que todos as querem.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Carlos Cabral**, que embora não leia o Diário da República, pensa que isso não é motivo inibitório para discutir os assuntos, focando novamente o facto da questão essencial estar relacionada com o ponto da Ordem de Trabalhos sobre o endividamento da Câmara Municipal de Borba, e dado que existe uma lei, segundo a qual todos os empréstimos pedidos para comparticipação de fundos comunitários, não entram no endividamento, acha que é uma boa forma de aproveitar o Quadro Comunitário de apoio, em variadíssimas coisas. Disse que não concordava com o facto de se querer ter da vida a teoria geral da conspiração, porque senão, as pessoas são incapazes de se entender mesmo quando pensam de forma diferente.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, disse que é daqueles que pensa que todos ali presentes, estão interessados em que as coisas se façam, desempenhando cada força política um determinado papel. Acrescentou que, o Governo fez através da Associação Nacional de Municípios, acordos com vários Bancos de forma a que todos os Municípios consigam resolver problemas idênticos a este, dado que o dinheiro não chega para as obras todas. Dirigiu a palavra ao senhor Engenheiro Diogo Sapatinha, dizendo-lhe que se a Câmara Municipal fosse afecta ao Partido Socialista, talvez os quinhentos e tal mil contos que faltam, tivessem sido aprovados. Uma vez que isso não aconteceu, e para que as obras se façam, naturalmente que a Câmara terá que recorrer a financiamentos que estão previstos na lei e que já ali foram discutidos, achando compreensível que cada bancada, cada grupo partidário, tenha uma estratégia para defender determinados pontos.

O deputado senhor **Moura Lopes**, referindo-se ao problema da Nora muitas vezes falado pelo senhor Proença, disse que a Câmara, na tentativa de solucionar esse problema, teve que encomendar um estudo ao Instituto Superior Técnico, e quando as coisas estavam em andamento, houve uma pressão sobre a Câmara, perguntando qual a coerência do Partido Socialista em relação a esta questão.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, disse que se tornava evidente que a coerência do Partido Socialista era grande, uma vez que desde que se iniciou esta legislatura, sempre que há obras por administração directa, nunca as impediram, nunca votaram contra nem a favor, porque o princípio não está de acordo com o que pensam. Relativamente ao endividamento, disse ter sempre mostrado muita preocupação, fazendo gráficos de endividamento desde as eleições da Câmara, apresentando percentagens sobre as despesas de capital, e quando hoje questiona o executivo relativamente ao endividamento, dizem-lhe que é uma questão de coerência, afirmando que essa é uma questão discutível, não sendo um valor para se atirar para o ar, mas uma palavra para se falar com muito cuidado, exemplificando a sua ideia através dos dois

homens mais coerentes do século: Hitler, que levou a sua coerência à Câmara de Gás e Estaline que levou a sua coerência ao assassinio de pequenos camponeses.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, referindo-se à intervenção do senhor Carlos Cabral, disse que esta foi uma intervenção contraditória e de incoerência, uma vez que tão depressa faz gráficos para demonstrar o que lhe parece, como argumenta que não lê o Diário da República, achando que só "faz os trabalhos de casa", quando quer fazer, e quando quer tirar efeitos de determinadas posições, pensando que seria mais honesto dizer-se que se quer discutir por política, ao invés de se dizer que não se lê o Diário da República, argumentando o desconhecimento da lei para fazer as coisas.-----

O deputado senhor **Luís Alexandre**, iniciou a sua intervenção, dizendo que se está a falar no bem estar das pessoas, e se as infra-estruturas são de facto necessárias que se façam, não deixando de lado a preocupação em se aprovar ou não a questão do endividamento.

Como não houve mais intervenções, colocou-se o ponto dois ponto três - Empréstimo a Médio e Longo Prazo à votação, tendo sido aprovado com dez votos a favor e seis abstenções.

### **PONTO DOIS PONTO QUATRO - Pedido de declaração de utilidade pública de parcela de terrenos da Zona Industrial do Alto dos Babelos**

O senhor **Presidente da Câmara**, começou por explicar que não havendo acordo entre a família proprietária para a aquisição do terreno, foi feita uma avaliação do terreno necessária para a implantação do projecto da Zona Industrial, tendo sido feita aos proprietários uma comunicação de intenção de expropriação, dentro dos trâmites legais. Terminou a sua intervenção, dizendo que esta será a melhor forma deste território chegar à posse da Câmara, podendo assim desenvolver as infra-estruturas do loteamento do Alto dos Babelos.

Tomou a palavra o deputado **senhor Paixão**, que disse que a Câmara ao fazer esta proposta, concerteza que estará a fazê-la dentro dos trâmites legais, e ao ter colocado três milhões de escudos, deve ter em conta se será esse o valor dos terrenos naquela área.

Como não houve mais intervenções, o ponto dois ponto quatro, foi submetido à votação, tendo sido aprovado por quinze votos a favor e uma abstenção.

Fez-se de seguida um curto intervalo, após o qual se retomou a ordem de trabalhos:

### **DOIS PONTO CINCO - Actividades da Câmara**

O deputado senhor **Joaquim Avó** iniciou a sua intervenção, fazendo três perguntas ao executivo camarário. A primeira, baseou-se no facto de saber quando é que estava previsto o arranque das obras de fornecimento de água na Nora, a segunda respeitante à data prevista para a venda de lotes habitacionais, designadamente na Nora, Orada e Rio de Moinhos, e com a terceira pergunta pretendeu saber para quando estava prevista a venda de lotes na Zona Industrial.

Foi dada a palavra ao deputado **senhor Proença** que, abordando a questão da estrada da Nora ficar submersa sempre que chove, atribuiu isto ao facto de tanto as valetas como os pontões, não terem as dimensões suficientes para o escoamento das águas, fazendo com que a água embata nos mesmos, obrigando-a a cursar pelo tapete onde se mantém por vários dias, acrescentando que esta situação para além de perigosa, devido à formação de lençóis de água, é também prejudicial pois a água ao manter-se sobre o tapete, danifica-o, concluindo que neste caso o dinheiro não foi totalmente bem aplicado, uma vez que, quer as dimensões das valetas, quer as dimensões dos pontões não foram bem calculadas. Terminou a sua

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, tomou a palavra dizendo que, tendo conhecimento que a Câmara Municipal de Borba é uma das envolvidas no projecto de acessibilidade que deriva de uma directiva europeia recentemente aprovada, gostaria de saber que medidas estão a ser pensadas, para supressão das barreiras arquitectónicas

Mostrou-se também interessado em saber quais as medidas que foram tomadas na reunião da Comissão de Trânsito. Terminou a sua intervenção, deixando uma recomendação à Câmara Municipal de Borba, no caso de aderir ao Programa Operacional da Sociedade de Informação "POSI", que tivesse em consideração o acesso à nova sociedade da informação, quer das pessoas deficientes com mobilidade condicionada, quer dos deficientes visuais, para os quais seria necessário ter em conta equipamentos que

hoje já não são difíceis de obter.

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao deputado senhor **Vicente Ermitão**, que começou por questionar o executivo camarário, relativamente à situação dos esgotos da Parreira, seguidamente quis obter informações sobre a situação da Escola Primária da Orada, dado que chove lá imenso, e para finalizar a sua intervenção, focou a questão do trânsito que embora se tenham aperfeiçoado algumas coisas, em sua opinião ainda falta instalar alguma sinalização.

Foi dada a palavra à deputada senhora **Dona Ivone Espiguiinha**, que se mostrou bastante preocupada não só com a iluminação de Borba, especialmente com a iluminação da Praça, como também com os arruamentos. Terminou a sua intervenção, pretendendo saber informações acerca do que foi tratado na reunião com a Santa Casa da Misericórdia relativamente ao novo Infantário, uma vez que é uma situação que se arrasta já há muito tempo.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, começou por querer saber em que ponto está o Projecto dos Resíduos Sólidos da Associação de Municípios de Évora, relativamente à resolução do problema da lixeira de Borba, seguidamente abordou o senhor Presidente da Câmara, dado que na última Assembleia não obteve resposta relativamente à situação do edifício do Hospício, se está ou não em tribunal. Prosseguiu a sua intervenção, dizendo que os membros da Assembleia Municipal, receberam em suas casas uma carta dos serviços da Câmara, relativamente às verbas para o IRS. Dado que a primeira nota vinha errada, pois no sítio da data constava a verba e os membros da Assembleia eram chamados de funcionários contratados, alguns dos membros dirigiram-se à Câmara para esclarecer a situação, face a isto, os serviços da Câmara voltaram a enviar uma segunda carta, onde as verbas estavam certas, mas os membros da Assembleia eram chamados de Muito Ilustres Membros da Assembleia, deixando o pedido ao senhor Presidente da Câmara, para dizer aos serviços que as pessoas devem ser tratadas normalmente como membros da Assembleia, pois o erro da primeira carta não é reparado pelo Muito Ilustre.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, reportando-se ao que fora dito pelo deputado senhor Proença, disse que este Inverno e dado as más condições climatéricas, a questão das obras públicas tem resultado mal, relativamente ao que tem acontecido na estrada da Nora, disse ser provável que tenha havido algum erro de cálculo ou de construção, que deverá ser reparado. Quanto à questão levantada pela **Dona Ivone Espiguiinha** relativamente aos buracos, sugeriu à Câmara Municipal de Borba, que não se iniba por ser ano de eleições e tape os buracos, ponha um bom pavimento, pois para além de necessário, é oportuno. Quanto à intervenção do **Doutor Cardoso**, no que concerne à Comissão de Trânsito, disse ter verificado que em outras terras, contrariamente ao que acontece em Borba, há um reordenamento do trânsito, talvez porque a malha urbana seja diferente, referindo-se concretamente a Évora, onde a questão dos parquímetros e a rotação dos lugares é uma forma de ajudar a resolver alguns problemas, acrescentou que a Câmara Municipal e a Comissão de Trânsito, concerteza que terão uma palavra a dizer, no sentido de tentarem arranjar uma solução melhor. Terminou a sua intervenção, referindo-se à questão do Jardim Público, onde é necessária uma intervenção qualificada, dado que é um "cartão de visita" importante não só para quem cá vive, como também para quem vem de fora.

O senhor **Presidente da Assembleia** na sequência da conversa sobre trânsito, fez referência ao facto de existir um sinal de estacionamento para deficientes, junto ao ex-ciclo, que provavelmente, faria mais sentido se estivesse junto à sede da Associação Portuguesa de Deficientes, referiu-se também ao sinal que está na Praça e que antigamente proibia o trânsito até à anterior paragem das camionetas, causador de grandes discussões entre as pessoas que são ali multadas e a Guarda Nacional Republicana, acrescentando que quase de certeza a Comissão de Trânsito irá analisar essa situação.

O senhor **José Tobias**, interveio para questionar a pessoa responsável pelo Pelouro da Acção Social, relativamente aos projectos que há nesta área.

Foi dada a palavra ao senhor **Luís Alexandre**, que começou por perguntar para quando é que estava prevista a resolução das ETARS de Rio de Moinhos, Barro Branco e Nora, acrescentando que seria mais viável criar-se uma ETAR própria para estas três populações. Perguntou também para quando estava prevista a separação dos resíduos industriais e domésticos dentro de Rio de Moinhos. Dando continuidade à sua intervenção, fez referência ao facto da caldeira da Escola de Rio de Moinhos, não funcionar há dois anos, sendo um investimento que não está a ser devidamente aproveitado, frisando o facto de haver mármore nas salas, tornando-as mais frias e com piores condições para as crianças.

O senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao deputado **senhor Paixão**, que dirigindo-se ao senhor



Vereador, disse que uma das reivindicações da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, seria a colocação de lombas na Nora e Talisca, abordando também a questão das valetas da Rua Primeiro de Maio.

Terminou a sua intervenção, chamando a atenção para a iluminação na Freguesia de Rio de Moinhos e para as condições em que está o Bairro Popular Primeiro de Maio.

O senhor **Presidente da Câmara**, dado que a maioria das questões estavam relacionadas com os Pelouros dos Vereadores, passou-lhes a palavra.

A **Vereadora Filipa** iniciou a sua intervenção, explicando que o programa que está nas escolas do primeiro ciclo de acesso à Internet, é um programa que decorre de um protocolo entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério da Educação, dizendo que foi mandado um ofício cujo conteúdo foi lido pela Vereadora Filipa e que passo a transcrever: " A Câmara Municipal de Borba está a estudar a possibilidade de integrar as Escolas do primeiro Ciclo do Ensino Básico, no programa Internet na escola, no âmbito do protocolo celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Neste sentido vimos indagar junto de Vossas Excelências, quais as prioridades neste assunto, no caso da Autarquia avançar para a concretização deste protocolo. Ficamos a aguardar uma resposta tão breve quanto possível, com os melhores cumprimentos". A Vereadora Filipa, mencionou o facto deste ofício ter seguido para o Agrupamento Escolas, do qual aguarda uma opinião. Relembrou que a Autarquia terá que investir vinte e cinco por cento neste equipamento, para além dos custos de manutenção. Em relação ao POSI, disse que este programa permitia a criação no mínimo de seis postos de trabalho públicos na Internet, com algumas condições nada fáceis para um Município como Borba, dado que tem que ter boas acessibilidades, monitores, tendo em conta as despesas correntes e as despesas com pessoal da Autarquia. Referiu-se ao facto da sede da Associação Portuguesa de Deficientes, ser um local privilegiado na criação de um destes postos de Internet, pois tem um espaço com boa acessibilidade e está bem localizado, tal como é exigido. Relativamente à questão da Escola da Orada, Nora e Borba, disse ser uma realidade, que todas as escolas do primeiro ciclo, foram entregues há muitos anos, e o Ministério da Educação, nunca se preocupou com a sua manutenção, para agravar a situação as escolas do primeiro ciclo nunca puderam ser objecto de candidaturas ao PRODEP, situação que disse ser bastante injusta, pois não compreende porque é que as Autarquias não se podiam candidatar à reparação das escolas, dado o seu estado visível de degradação. Acrescentou que, e segundo informação que obteve, as candidaturas seriam retomadas uma vez que poderiam ser incluídas no Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, o que aliás já aconteceu. Continuando na área do Ensino, reportou-se ao assunto relacionado com o Infantário, dizendo que em duas ou três reuniões, que a Câmara teve com os novos corpos gerentes da mesa da Misericórdia de Borba, foram informados que a mesa não pretende construir o Infantário no espaço onde está a funcionar actualmente, pretendendo construir o novo Infantário no seu próprio espaço, perto do Lar, não sendo a obra iniciada de imediato, uma vez que o projecto vai ter que ser adaptado pelo técnico projectista, para a implantação em outro local. Mostrou-se convicta em se encontrar uma solução transitória com o apoio da Câmara para o actual Infantário, e com algumas correcções e uma vistoria muito rigorosa possa funcionar com segurança, até à construção do novo Infantário. Acrescentou ainda, que por parte da Câmara está aberta a via do diálogo, para todos os apoios possíveis que possam ser solicitados, e que sejam da competência da Câmara.

Relativamente à questão do senhor Tobias, a **Vereadora Filipa** disse que o relacionamento da Câmara era preferencialmente com as instituições que trabalham com idosos, sendo o papel fundamental da Câmara, prestar apoio e acompanhamento de parceria com essas entidades, com as quais sempre tem colaborado e continuará a colaborar. Para terminar a sua intervenção, referiu-se à questão do aquecimento na Escola de Rio de Moinhos, dizendo que também em muitas outras escolas o problema é semelhante. Contudo, na Escola Primária de Borba, o sistema começou a funcionar na semana passada. Explicou que estes sistemas foram implementados sem que a empresa tenha dado o devido acompanhamento. Disse que o sistema de aquecimento central numa escola, não pode ser posto a funcionar às nove horas da manhã, pois corre-se o risco de só começar a aquecer a sala na hora dos miúdos saírem da escola, dando o exemplo da Escola Primária de Borba, em que desde o início do ano lectivo chegavam queixas de que o sistema não funcionava e os miúdos estavam com frio, então a Câmara na tentativa de colocar o sistema a funcionar, ligou-o por volta das sete horas da manhã, deixando lenha na caldeira depois dos miúdos saírem da escola, e o resultado foi bem visível, no outro dia as salas estavam quentes, havendo inclusivamente miúdos em manga curta, constatando-se que afinal, e ao contrário da informação que tinha chegado à Câmara, o sistema de aquecimento funcionava.

O deputado senhor **Diogo Sapatinha**, interveio sugerindo que ao invés do sistema ser a lenha, ser a gás, uma vez que é mais barato e é possível ser automatizado.

A **Vereadora Filipa** retomando a sua intervenção, disse que não se estavam a esquecer de nenhuma criança e que continuarão a fazer grandes investimentos nesta área, muito embora haja coisas que não conseguirão resolver.

Antes de dar a palavra ao Vereador Serra, e como ninguém se opôs, foi tirada uma fotografia aos membros da Assembleia, mediante prévia autorização do senhor Presidente da Assembleia.

O **Vereador Serra** iniciou a sua intervenção, começando por explicar uma questão que foi colocada por vários membros da Assembleia e que se prende com a questão do trânsito, sendo esta uma das maiores preocupações para resolver tanto da parte do executivo camarário, como da parte da Comissão de Trânsito. Dando continuidade à sua intervenção, disse que não só em Borba como na maioria dos Municípios de vilas históricas e antigas, os arruamentos não foram dimensionados para os automóveis, dado que hoje em dia o número de automóveis é muito maior, perturbando não só a fluidez de tráfego, mas também o estacionamento. Salientou o facto de nem sempre haver unanimidade nas questões propostas entre os membros da Comissão de Trânsito, o que faz com que qualquer decisão tenha que ser bem ponderada. Acrescentou ainda que, a última reunião da Comissão, decidiu melhorar o ordenamento, nomeadamente na zona do passeio da Avenida do Povo, desde a zona do Espiga até à Farmácia Cortes, libertando e disponibilizando uma zona de passeio para os peões poderem circular com tranquilidade. Relativamente ao sinal de estacionamento em frente ao Café Brinquete, disse estar lá para ser cumprido, porque a intenção é marcar estacionamento no pavimento perto da Caixa Agrícola, e criar ali a primeira possibilidade, não de parquímetros mas sim de estacionamento temporário. Disse ainda que será necessário a melhoria das passadeiras, não só na sua marcação, mas tornando-as mais elevadas. Em relação à sinalização, é uma questão que se tem que ir melhorando aos poucos e substituindo a que já existe e está desgastada. Quanto aos parquímetros, disse ter sido uma questão já discutida e que estava relacionada com o arranjo da envolvente à muralha, pensando que a melhoria de toda aquela zona com o arranjo da envolvente à muralha, possa levar à criação de lugares com parquímetro. Relativamente à questão da água da Nora, disse haver candidatura e cronograma, pensando que no mês de Março se possa fazer o aprovisionamento da obra, e a partir de Abril iniciar a substituição da rede de águas, procurando não prejudicar em termos de abastecimento, criando a rede tipo alternativa e dividindo em fases a zona da Nora, um cronograma de cerca de cinco meses para a substituição da rede de águas, lotes habitacionais, havendo ainda uma segunda fase na Nora e na Orada. Quanto à estrada da Nora ficar submersa, disse que isso acontecia somente em períodos de maior pluviosidade, aceitando que uma das causas poderia efectivamente estar relacionada com alguns erros e falhas de projecto no dimensionamento das valetas e consequentemente dos pontões. Outras das causas, deve-se ao facto de ao longo de toda a estrada da Nora, as propriedades e os próprios muros tornarem impossível a circulação natural das águas, obrigando a água a ir para as valetas da estrada, chamando a atenção para o facto da Câmara Municipal não poder interferir no licenciamento dos muros, pois as pessoas deixam construí-los sem acautelar a questão da saída das águas. Quanto ao Plano de Eliminação de Barreiras arquitectónicas, a primeira fase está concluída, que é a fase do diagnóstico, tendo sido apresentado à Câmara, e esta em reunião com a empresa, definiu duas fases, a primeira fase que é uma intervenção e proposta de intervenção para o espaço público e para o Edifício dos Paços do Concelho, e uma segunda fase, para Edifícios Públicos no Concelho. Relativamente aos esgotos da Parreira, esperam que a empresa a todo o momento possa começar a investir na obra. Retomando a questão da iluminação, disse que a Câmara também se mostra crítica quanto à iluminação e quanto à falta de resposta por parte da EDP, não só no Concelho de Borba, como também na maioria dos Concelhos do País, o que levou há tomada de posições não só por parte da Associação Nacional de Municípios, como também da Associação de Municípios do Distrito de Évora, tendo a Câmara Municipal de Borba na última reunião, renunciado o contrato de concessão que tem com a EDP. Em relação ao Plano Director de Resíduos Sólidos, disse que tinha tido conhecimento que a equipa já tinha sido escolhida para fazer a proposta de concepção/construção. O **Vereador Serra** prosseguindo a sua intervenção, fez referência ao facto do Jardim Público ter já um projecto aprovado pela Câmara, havendo uma proposta de intervenção que se realizará a partir de Março. Passou de seguida por explicar a questão das ETARS, dizendo que as Câmaras Municipais estão hoje, por imposição do governo, limitadas na sua intervenção nas ETARS, porque a política no Ministério do Ambiente com a entrada do Ministro Sócrates, mudou de intervenção. Adiantou haver uma proposta, que em sua opinião é uma proposta

correcta, que consiste na criação de Planos Directores de Águas Residuais e Planos Directores de Águas de Abastecimento Público, sendo estes sistemas geridos por uma só entidade que se cria enquanto esses Planos não forem definidos, não há candidaturas, nem projectos aprovados para nenhuma Câmara. Só esse Plano Director, dirá quais as necessidades existentes em todos os Concelhos do Distrito de Évora, quais as necessidades em termos de águas residuais e em termos de abastecimento público, dizendo que até aí estariam limitados na sua intervenção e só poderiam fazer a manutenção dos sistemas existentes. Em relação ao Bairro Popular Primeiro de Maio, o Vereador Serra disse que já se iniciou uma primeira fase, baseada na delimitação dos quintais e nos calcetamentos da zona envolvente, quanto à segunda fase, disse já se ter iniciado com a abertura do concurso limitado para a restante parte da electrificação do Bairro, e que em princípio, em Abril haverá condições para intervir no arranjo paisagístico do interior dos blocos, que é a fase final do projecto. Para terminar a sua intervenção, dirigiu-se ao deputado senhor Diogo Sapatinha, dizendo-lhe que em relação aos sistemas de aquecimento, estavam a utilizar lenha de azinho nas caldeiras, mas que estas também podem funcionar com vides enfardadas, havendo outro tipo de matéria que pode ser utilizada e ter o mesmo tipo de rendimento, em termos caloríficos, sendo estes sistemas também possíveis de automatização.

O senhor **Presidente da Câmara**, iniciou a sua intervenção fazendo referência à questão do Hospício e esclarecendo que o processo se encontra em Tribunal. Realçou a importância dos protocolos com as Juntas de Freguesia, onde consta a nova forma de cooperação com as Juntas de Freguesia até ao fim do ano. Achou que seria importante realçar também o conjunto de reuniões que foram possíveis fazer nos últimos dois meses, com a Comissão de Trânsito, com o Agrupamento de Escolas, com a Comissão Distrital de Segurança e com o Conselho Regional do Alentejo, cujas reuniões serviram para tratar das candidaturas e da celeridade dos processos, acrescentou ainda que ocorreram várias reuniões relativas aos Censos, onde foram escolhidos os elementos que foram fazer os inquéritos, tendo sido já feita a sua formação. Dando continuidade à sua intervenção, esclareceu a questão do contrato de concessão com a EDP e a rescisão do mesmo, dado que houve uma degradação de serviço no Alentejo, nomeadamente em termos de atendimento ao público, havendo novos contratos a partir de dois mil e dois, onde a base de trabalhos já foi elaborada na Associação Nacional de Municípios. Explicou ainda, que na tentativa que algumas propostas venham a melhorar o atendimento, as Associações de Municípios do Alentejo, têm acessores para prestar apoio nesta matéria, tendo estes contratos que ser assinados antes de dois mil e dois. Terminou a sua intervenção, dizendo que tem havido por parte dos serviços internos da Câmara, um grande esforço, no sentido da apresentação das candidaturas nos vários eixos disponíveis, tendo sido já entregues várias candidaturas relacionadas com os loteamentos, com a remodelação da rede de água da Nora e com o caminho Municipal mil e quarenta e um, que está em concurso. Informou ainda que tinham seguido nesse dia, candidaturas do Palacete dos Melos e da Feira do Queijo para dois mil e um.

O deputado **senhor Paixão**, interveio questionando o senhor Vereador Serra, relativamente aos arruamentos do Loteamento da Nave, pretendendo saber se estes, vão contemplar o espaço envolvente à Igreja da Nora.

O deputado **senhor Proença**, interveio sugerindo ao senhor Vereador que tomasse providências, no sentido de se colocar pelo menos uma banda sonora junto ao Posto Médico da Nora, dado que os veículos circulam ali com imensa velocidade podendo provocar graves acidentes. Pediu ao Vereador que tivesse isso em consideração.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, interveio sugerindo que, caso haja Fundos Comunitários para isso, se fizesse um estudo profundo sobre o trânsito em Borba, exemplificando que se poderia retirar o trânsito da Praça, e as pessoas poderiam estacionar o seu automóvel em pólos nas periferias, afinal Borba não é tão grande assim e pode-se perfeitamente andar a pé.

Interveio o deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, lembrando que há cerca de dez anos atrás, houve um Comissão que iniciou um estudo sobre trânsito, e ao fim de dois dias optou por entregar a pasta. Em sua opinião deveria de haver acções de sensibilização por parte da Autarquia, das Escolas e do Centro de Saúde, de modo a que as pessoas se sintam mais sensibilizadas para andar a pé. Acrescentou ainda que, se se fizesse um estudo sociológico em relação a estas questões, não se chegaria a nenhuma conclusão, uma vez que o carro na nossa sociedade dá estatuto.

O senhor **Presidente da Câmara**, referiu-se ao facto da variante entre Borba e Vila Viçosa, ser um factor importante para que grande parte do trânsito seja retirado de Borba, melhorando a circulação junto das escolas e beneficiando o desenvolvimento e o futuro do Concelho de Borba, esperando que os prazos que

estão em concurso, sejam cumpridos ou até antecipados.

O senhor Presidente da Assembleia, deu um espaço de intervenção ao público. Interveio o senhor **Pedro Branco**, que dirigindo a palavra ao Doutor Manguinhas, disse que em relação às ambulâncias "Pré-Hospitalares", estas também existem noutras localidades onde há bombeiros, existindo uma em Borba que não diz "Pré-Hospitalar", mas sim INEM.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, reportando-se à intervenção anterior, disse saber o que era Urgência Pré-Hospitalar, e para que o equipamento seja de facto eficaz, para além da ambulância, é necessário equipamento e pessoal médico e de enfermagem. Reafirmou que o serviço de Bombeiros, é um serviço imprescindível e há de facto Bombeiros muito competentes, no entanto por uma questão de gestão de pessoal, só um helicóptero seria verdadeiramente eficaz para a zona dos mármore, uma vez que não faz sentido ter em Borba, Estremoz ou Vila Viçosa uma equipa de técnicos altamente qualificados e treinados, porque são caros e precisam de um treino muito específico, concluindo que a equipa terá que estar sediada no centro da área geográfica e serão poucos os elementos com capacidade, dado que neste momento, no Distrito, não há ainda ninguém com a devida formação. Terminou a sua intervenção, dizendo que o objectivo destes equipamentos altamente sofisticados, caros mas eficazes, é levar os cuidados hospitalares altamente diferenciados ao local, ao invés de levar o doente para o Hospital, pois o tempo que medeia uma e outra coisa, pode ser a diferença entre a vida e a morte.

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu ainda a palavra ao deputado senhor Joaquim Cardoso, que referindo-se à questão dos acidentes, achou por bem realçar a questão da comunicação como sendo também um factor de extrema importância. Acrescentou que, na época moderna não faz sentido que os Bombeiros Portugueses não tenham um bom sistema de comunicação, dado que há uma rede instalada perfeitamente sub-aproveitada. Terminou, dizendo que dada a sua importância, o equipamento e as comunicações, são um aspecto a considerar.

Como não houve mais intervenções, e de acordo com a lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, artigo noventa e dois, parágrafo terceiro, o Presidente da Assembleia leu a minuta da acta a aprovar, colocando-a seguidamente à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

O **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão da qual foi lavrada acta, que se será enviada aos membros da Assembleia com vista à sua aprovação na próxima sessão.

#### **Documentos anexos a esta acta:**

Relação dos ofícios expedidos/recebidos (anexo 1)

Acta 1/2001 - Reunião Ordinária da C.M.B., realizada no dia 10/01/01 -Aprovação de candidaturas (anexo 2)

Acta 4/2001 - Reunião Ordinária da C.M.B., realizada no dia 21/02/01 - Candidaturas (anexo 3)

Acta 3/2001 - Reunião Ordinária da C.M.B. , realizada no dia 7/02/01 -Empréstimos a Médio e Longo Prazo (solicitação de propostas a diversas entidades bancárias) - (anexo 4)

Acta 4/2001 - Reunião Ordinária da C.M.B., realizada no dia 21/02/01 -Empréstimos a Médio e Longo Prazo (anexo 5)

Informação sobre a situação financeira da C.M.B. Janeiro de 2001 (anexo 6)

Acta 3/2001 - Reunião Ordinária da C.M.B. realizada no dia 7/02/01 - Pedido de Declaração de utilidade Pública de Parcela de Terreno da Zona Industrial do Alto dos Bachelos (anexo 7)

Relatório - Actividades da C.M.B. entre 29/12 e 16/02/01 (anexo 8)

Declaração do membro da Assembleia Doutor Joaquim Cardoso (anexo 9)

Minuta da acta da sessão da Assembleia Municipal de Borba realizada em 23/02/01 (anexo 10)

Borba, 23 de Fevereiro de 2001

O Presidente da Assembleia Municipal  
(Ângelo João Guarda Verdades de Sá)

O Primeiro Secretário O Segundo Secretário  
(Ivone da Conceição B. Espiguiña) (António J. Moura Proença)

